

Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva

Functions and development of the catalog: a
retrospective vision

MARYSIA MALHEIROS FIUZA *

Revisão de literatura abrangendo funções do catálogo e desenvolvimento de códigos de catalogação. Comentários sobre os estudos de Lubetzby, Verona e Domanovszky. O conceito de entrada principal e sua representação nas regras dos diferentes códigos

Grose e Line (12), no antológico artigo «On the construction and care of white elephants», chamam a atenção para fato de que todas as discussões sobre catalogação giram em torno de padrões, ao invés de princípios. Consideram que se necessita, urgentemente, de um questionamento total e fundamental de todos os princípios de catalogação.

As principais indagações seriam sobre as funções desempenhadas atualmente pelo catálogo, a natureza dos usuários, a predominância da normalização sobre o atendimento das necessidades locais, a redução dos custos na

* Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

4 construção de catálogos e a necessidade de se ter uma idéia clara das formas mais importantes do catálogo, dos elementos e do arranjo de uma entrada catalográfica. Advertem que esses estudos se tornam mais urgentes, tendo em vista a perspectiva de automação dos catálogos.

Para se estudar as atuais funções do catálogo e de suas diversas entradas, seria interessante fazer uma análise retrospectiva do seu desenvolvimento.

As diferentes correntes e teorias sobre a prioridade das funções e o estabelecimento de entradas principais se refletiram nos códigos de catalogação e nos catálogos, através dos tempos. Antes mesmo da sistematização da teoria, no século XX, nota-se predominância de pontos de vista, seja intuitivamente, seja como sugere Malinconico, por influência da cultura da época.

Malinconico (16) parte dos catálogos da Bodleian Library, organizados por Thomas Hyde, para expor suas idéias sobre a influência da tecnologia nas normas de catalogação. Considera a invenção da imprensa como responsável pela ênfase na atribuição de autoria para as publicações. Essa ênfase aumentou nos séculos subsequentes até chegar ao catálogo de 1732, da Bodleian Library, primeira tentativa de juntar os vários trabalhos de um autor e as várias manifestações (edições e traduções) desses trabalhos.

A revolução industrial, iniciada em 1760, influenciou todos os extratos da sociedade e sua influência se fez sentir também nos códigos de catalogação. O livro passou a ser considerado como um artefato físico, e o controle bibliográfico, baseado na «unidade bibliográfica» e não na «unidade literária». O Código Francês de 1791, produto da Revolução Francesa, não cogita de identificação de autores e considera sempre um livro determinado para base da entrada. Malinconico comenta que, nessa época,

foi inventado o catálogo em fichas, aproveitando cartas de baralho, pois os acervos das bibliotecas públicas, enriquecidas com as coleções pilhadas das famílias nobres, exigiam um controle inventarial rápido. Uma ficha de catalogação, segundo Malinconico, nada mais é do que uma manifestação bibliográfica das partes estandardizadas e substituíveis produzidas pelas máquinas industriais.

No século XIX, a aplicação direta da mecanização encoraja a produção de livros em várias edições e a criação de um mundo cosmopolita, consequência do desenvolvimento dos meios de transporte, exigia traduções dos trabalhos publicados. Começaram a aparecer problemas com a catalogação baseada na unidade bibliográfica. Surgiu, nessa ocasião, Antônio Panizzi trazendo de novo o foco da atenção para a unidade literária. Suas famosas «Noventa e uma regras», para os catálogos do Museu Britânico, expressam sua teoria de catalogação de obras e não de livros.

Jewett (13), em 1853, adotou e aperfeiçoou as regras de Panizzi, no seu código para os catálogos da Smithsonian Institution, iniciando a publicação de códigos nos Estados Unidos.

Cutter (7) publicou, em 1876, as «Rules for a dictionary catalog», que foram consideradas como o sumário da arte da catalogação no final do século XIX. A abordagem pragmática de Cutter era baseada em três princípios: a conveniência do usuário, a especificidade dos cabeçalhos de assunto e a consideração do catálogo como um instrumento que, além de ser um inventário do acervo, deveria facilitar a localização de todos os livros de um autor, reunindo-os num determinado lugar no catálogo.

Os «objetos» da catalogação segundo Cutter, são:

O catálogo deve ser um instrumento hábil para:

1. permitir que uma pessoa encontre um livro do qual conhece:
A — o autor
B — o título
C — o assunto.
2. mostrar o que a biblioteca tem:
D — de um determinado autor
E — de um determinado assunto
F — de uma determinada espécie de literatura.
3. ajudar na escolha de um livro:
G — com respeito a sua edição
H — com respeito a seu caráter (literário ou tópico).

Para atingir tais «Objetos», deve contar com os seguintes «Meios»;

1. Entradas de autor, com as referências necessárias (A e D).
2. Entradas de título ou referências ao título (B).
3. Entradas de assunto, referências cruzadas (C e E).
4. Entradas de forma e língua (F).
5. Transcrição da edição e imprensa, com notas quando necessário (G).
6. Notas especiais (H).

No início do século XX, houve uma mudança no desenvolvimento dos códigos, e Malinconico (16) atribuiu ao impacto do serviço de distribuição das fichas de Library of Congress. Conforme predissera Cutter, na introdução

da 4ª edição de suas regras, as preocupações teóricas foram subordinadas às considerações práticas da adoção das fichas da Library of Congress. Referindo-se ao progresso da indústria tipográfica que permitiu o desenvolvimento desse serviço, Malinconico considera que o Código da ALA de 1908, com suas numerosas regras casuísticas, foi o resultado indireto da aplicação de uma tecnologia.

As «Normas para Catalogação de Impressos», da BIBLIOTECA VATICANA (3), publicadas em 1931, refletem a filosofia do Código da ALA de 1908 com adaptações para atender ao tipo de acervo a que se dirigiam.

Na primeira metade do século XX, os bibliotecários passaram a sofisticar cada vez mais o catálogo. Os catálogos de identidade se avolumaram, pois de cada nome de autor era feita uma pesquisa minuciosa nas fontes de referência; a catalogação descritiva passou a demandar decisões seríssimas e a quantidade de livros nos depósitos, esperando processamento técnico, se tornou assustadora.

Em 1941, Osborn (17) procurou pôr um fim à situação fora da realidade dos «catalogicistas», com seu polêmico artigo «Crisis in cataloguing».

Em 1949, surgiram os chamados «códigos gêmeos»: as «Regras de Catalogação Descritiva da Library of Congress» (9) e as «Regras para Entradas de Autor e Título da ALA» (1). Essa última publicação ignorou a discussão de funções e objetivos da catalogação autor/título que se processava desde 1941 e apresentou uma acumulação de regras e detalhes, sem base em princípios teóricos.

Em 1953, apareceu o estudo de Lubetzky (15) que serviu de base para as discussões da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação.

Lubetzky (15) chegou à conclusão que a racionalização dos serviços catalográficos exigia não somente a revisão de algumas regras, mas uma completa reconstrução dos códigos, de acordo com objetivos e princípios defini-

dos. Para fazer a revisão das regras catalográficas, Lubetzky decidiu avaliar a estrutura do código, examinando suas regras e perguntando: «esta regra é necessária?», «está devidamente relacionada com as outras regras?», «é consistente na sua finalidade e no seu princípio?». Respondendo a essas perguntas, identificou grandes problemas nas entradas de autor e título, denominados por ele de condições, e que deveriam ser resolvidos através da aplicação de princípios básicos.

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO (5), organizada pela ALA, LA e Library of Congress, teve a participação de especialistas de diversos países e tratou fundamentalmente do catálogo autor/título. O tema central da Conferência, estabelecido no Encontro Preliminar, em Londres, 1959, foram as finalidades que deveriam ser atendidas pelo catálogo. Ao final das discussões, chegou-se a uma DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS, da qual se salienta alguns pontos, indispensáveis para este estudo.

Seção 2 — Funções do catálogo.

O catálogo deve ser um instrumento eficiente para informar:

- 2.1. se a biblioteca possui um determinado livro, especificado:
 - a) por seu autor e título;
 - b) se o nome do autor não constar do livro, por seu título, ou,
 - c) se autor e título são inadequados ou insuficientes, por um substituto apropriado do título.
- 2.2. a) que obras de determinado autor, e
 - b) que edições de uma determinada obra existem na biblioteca

A aprovação dessa seção suscitou discussões a respeito do item 2.2, que alguns participantes consideravam de menor importância em comparação com o item 2.1.

Segundo Lubetzky (15), os objetivos do catálogo são:

1. mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sob um nome de autor ou sob um título determinado;
2. identificar o autor e a obra representados pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.

As duas funções do catálogo são: a função de localizar documentos, atendendo ao primeiro objetivo, e a função de agrupar documentos, atendendo ao segundo objetivo. No primeiro caso, a entrada é uma representação da **publicação** sob o nome do autor e/ou do título que aparecem na folha de rosto (entrada direta); no segundo caso, a entrada representa a publicação como uma edição de uma determinada obra, escrita por um autor determinado e, nesse caso, a entrada será na forma pela qual o autor ou o título estão representados convencionalmente no catálogo (entrada colocativa).

Como o atendimento às duas funções exige soluções diferentes, deve haver uma escolha do objetivo mais importante para ser atendido em primeiro lugar.

Lubetzky apresenta recursos para compatibilizar as duas funções, no caso de autores com nomes diferentes ou de uma obra com títulos diferentes:

1. quando se usa a entrada direta, os autores e/ou os títulos diferentes serão ligados por meio de referências cruzadas;
2. quando se usa a entrada colocativa, far-se-á uma remissiva das formas não adotadas de autor e/ou título para as formas escolhidas.

Considera, porém, que «ideologicamente, o tratamento de uma publicação pela entrada colocativa é mais indicado, porque o usuário, geralmente, se interessa, não somente por aquela publicação, em particular, mas pela obra nela representada que poderá ser encontrada na biblioteca em outra edição sob um nome de autor ou título diferentes». (15)

Para Eva Verona (19), bibliotecária iugoslava, representante do seu país na Conferência de Paris, os objetivos do catálogo podem se resumir em:

O catálogo deve ser um instrumento que informe:

1. se uma certa **unidade bibliográfica**, isto é, um determinado livro ou uma determinada edição de uma determinada obra, existe na biblioteca;
2. que edições, traduções, etc., de uma determinada obra ou unidade literária existem na biblioteca;
3. que publicações de um determinado autor existem na biblioteca.

Questiona se é possível construir um tipo de entrada que atenda aos três objetivos que parecem ser mutuamente conflitantes. Entende que nenhum catálogo pode adotar a mesma atitude com relação aos três objetivos. Para resolver o problema, apresenta dois métodos:

1. no método A, a entrada principal é estabelecida e ordenada de acordo com o nome do autor e/ou o título que aparecem na folha de rosto. A reunião das publicações do autor e da unidade literária fica a cargo de entradas secundárias;
2. no método B, as publicações de um autor são reunidas sob um cabeçalho uniforme e a unidade literária é reunida sob os títulos originais ou tradicionais das obras. A tarefa de reunir as

várias formas de nomes do autor ou dos diversos títulos fica a cargo de remissivas ou entradas secundárias.

Nenhum dos dois métodos é uma solução perfeita, entretanto um deve ser escolhido e aplicado consistentemente no catálogo. Na opinião de Verona, deve ser escolhido o método que atenda, em primeiro lugar, às necessidades do maior número de usuários. Somente um catálogo que permita uma localização simples e rápida da maioria das consultas poderá ser considerado um instrumento eficiente.

Verona considera que o método B é indicado para catalogação de obras antigas e célebres (anônimos clássicos, por exemplo) enquanto que o método A é mais adequado para obras mais novas. Como é geralmente aceito que a maioria das demandas é de obras de data relativamente recente, deduz-se que o método A corresponderia melhor à maioria das consultas ao catálogo.

Verona defende o método A, do ponto de vista lógico, argumentando que se a parte descritiva da entrada deve necessariamente ser baseada no livro como um objeto concreto, físico, isto é, nos elementos que caracterizam uma determinada publicação, não seria lógico que a escolha dos elementos que controlariam seu arranjo fosse baseada na unidade literária abstrata. Adverte, porém, que os três objetivos do catálogo são muito importantes para que ele seja funcional e eficaz. A escolha dos métodos vai determinar somente a prioridade de atendimento e não advoga a negligência de nenhum dos objetivos.

Lubetzky e Verona concordam sobre as três funções do catálogo, mas não as valorizam da mesma maneira: Lubetzky defende o ponto de vista de que é essencial que o catálogo permita ao usuário verificar, com certeza, se na biblioteca existe ou não uma obra determinada e sele-

cionar a edição da obra que sirva melhor à sua finalidade. Verona considera que o catálogo deve atender, em primeiro lugar, às necessidades da maioria dos usuários e acredita que essa maioria está interessada em encontrar um item em particular, que muitas vezes será uma publicação recente. Lubetzky atém-se muito mais a princípios e à necessidade de normalização enquanto que Verona se preocupa mais com a conveniência do usuário e a rapidez da informação. Há uma grande diferença de ênfase entre as duas posições.

Jolley (14) comentando sobre essas divergências, disse:

«Um catálogo não pode ser construído com exceções, mas como meio de comunicação que é, seu funcionamento satisfatório depende de uma avaliação adequada da informação que se quer comunicar. Um meio de comunicação é, como a própria linguagem, um hábito social, e há limites para a possibilidade de se controlar hábitos sociais por meio de regras ou leis».

Um dos pontos mais controvertidos da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação foi a Seção 6 que dispõe sobre a função das diferentes formas de entrada. Nas discussões, os participantes se dividiram em quatro grupos; o primeiro defendia a tese de que a entrada principal deveria seguir as formas de autor e/ou título constantes da folha de rosto do livro, atendendo, assim, à primeira função do catálogo; o segundo defendia o uso de entradas uniformes para autor, mas não para título; o terceiro recomendava que se identificasse o autor por um nome uniforme e a obra, por um título uniforme; o quarto grupo sugeriu que se combinasse as duas últimas opções, isto é, que se usasse a primeira em bibliotecas pequenas e públicas e a segunda, em grandes bibliotecas.

O assunto foi muito debatido, principalmente no que dizia respeito à maneira que atenderia melhor aos usuários das bibliotecas. Tendo em vista, porém, a finalidade da Declaração de Princípios, optou-se por uma estrutura comum, porém, com flexibilidade e abrangência bastantes para atender às necessidades de vários tipos de usuário.

A Seção 6 foi aprovada com a seguinte redação:

Seção 6. Funções das várias formas de entrada.

6.1. A entrada principal, para obras catalogadas pelo autor, **deve** ser feita, normalmente, sob um cabeçalho uniforme. A entrada principal para obras catalogadas pelo título, **poderá** ser feita sob o título que aparece na folha de rosto, com uma entrada secundária para o título uniforme; ou sob o título uniforme, com entradas secundárias ou referências sob os outros títulos. Recomenda-se esta última alternativa para catálogos de obras célebres, especialmente se são mais conhecidas por um cabeçalho uniforme.

A Declaração de Princípios, originária da Conferência de Paris, deu origem a códigos de catalogação em diversos países e línguas. A ALA, a LA, a Library of Congress e a Canadian Association for Libraries, foram responsáveis pela elaboração do Código de Catalogação Anglo-Americano, do qual foram publicadas duas versões, com algumas diferenças entre elas: o texto americano e o texto britânico. O Brasil adotou o texto americano, cuja tradução foi organizada por VICENTINI (4) e publicada em 1969

A CIPC não tratou da catalogação descritiva e os códigos dos diversos países apresentam regras diferentes para descrever os documentos. O CCAA 1 se baseou nas Normas de Catalogação Descritiva da Library of Congress (9), o que é muito natural, porque as bibliotecas ameri-

canas dependem da Library of Congress e de seu serviço de distribuição de fichas catalográficas. Os países que adotaram traduções do CCAA 1 se dispuseram a seguir, também, as regras da catalogação descritiva nele apresentadas.

Em 1968, foi proposto pela IFLA o International Meeting of Cataloguing Experts (IMCE), para examinar o desenvolvimento na teoria e prática da catalogação depois da Conferência de Paris.

Essa reunião, conhecida no Brasil, pela sigla RIEC, foi realizada em Copenhague, em 1969, e de sua agenda constava:

1. revisão do progresso na aplicação da Declaração de Princípios e aprovação do texto definitivo da edição anotada, preparada por H. H. Chaplin e Dorothy Anderson;
2. estabelecimento de princípios para o conteúdo descritivo de entradas catalográficas. M. Gorman foi encarregado de preparar um documento-base: «Bibliographical data on national bibliographic entries» (11) resultante do estudo de bibliografias nacionais de oito países: Inglaterra, França, Alemanha, Suécia, Iugoslávia, Hungria, Estados Unidos e Argentina;
3. exame do Programa de Catalogação Cooperativa e da possibilidade de estendê-lo internacionalmente;
4. consideração do uso dos computadores no registro e troca de informações bibliográficas e o impacto da mecanização em catálogos.

As recomendações desse Encontro foram:

«Os esforços devem ser dirigidos para a criação de um sistema para a troca internacional no qual

se estabeleceria a descrição bibliográfica padronizada de cada publicação, que seria distribuída por uma agência nacional no país de origem da publicação. A distribuição será feita através de fichas ou de registros automatizados. A eficiência do sistema dependerá da padronização mínima da forma e do conteúdo da descrição bibliográfica.»

Para o estudo dessas recomendações, foram formados dois Grupos de Trabalho: o primeiro, cujo presidente foi Eva Verona e participantes F. G. Kaltwasser, P. R. Lewis e R. Pierrot, examinou o texto provisório da edição anotada da Declaração de Princípios e publicou, em 1971, o texto definitivo, com comentários e exemplos (6); o segundo, presidido por M. Gorman ficou encarregado de produzir um documento sobre normalização da catalogação descritiva. Em 1970, foi publicado o esboço da SBD (Standard Bibliographic Description), origem das ISBD (International Standard Bibliographic Description).

Akós Domanovszky (8), representante da Hungria na Conferência de Paris, publicou, em 1974, uma obra muito importante: «Functions and objects of author-title cataloguing; a contribution to cataloguing theory». Explica, no prefácio do seu livro, que escolheu como tema de seu trabalho as funções e objetos da catalogação autor/título porque ela constitui, indubitavelmente, um tema central, fundamental e fascinante da teoria da catalogação. É somente analisando suas funções, seus serviços que se pode descobrir a essência do catálogo; além disso, a sua estrutura, o processo e o método de organizá-la são — ou deveriam ser — determinados por suas funções. Justifica seu estudo dos objetos (não objetivos) da catalogação, pelo fato de que é impossível representar as funções adequadamente sem estudar os objetos sobre os quais espera-se que o catálogo comunique informação.

Seu estudo, um dos mais completos e profundos do assunto, é uma obra fundamental para a teoria do catálogo de autor/título. Partindo das funções estabelecidas pela Conferência de Paris, consideradas por ele não como **funções**, mas como **tarefas**, Domanovszky apresenta sua definição das funções do catálogo autor/título:

«comunicar informação sobre os itens constantes do acervo da biblioteca, por meio de sinais retirados de cada livro ou obra em particular, para distingui-lo(a) dos outros livros ou das outras obras, respectivamente».

Denomina esses sinais de «marcas formais», dividindo-as em «marcas físicas» e «marcas uniformes». A característica **formal** do catálogo autor-título é a maior distinção entre esse catálogo e o catálogo de assunto.

Para Domanovszky, os «objetos» do catálogo autor/título são: livros, obras e «oeuvres» de um autor (produção bibliográfica do autor). **Livro** é cada item físico específico; **obra** é o conjunto das edições, versões, traduções, adaptações de um determinado livro; «**oeuvres**» de um autor é o conjunto de sua produção bibliográfica. Assim, cada item do acervo pode ser registrado, de três maneiras, para servir a três finalidades distintas.

Os objetos do catálogo autor/título se relacionam com as funções estabelecidas pela Conferência de Paris:

Livro = primeira função: informar se existe, na biblioteca, um livro determinado;

Obra = segunda função: informar quais as edições de uma determinada obra existem na biblioteca;

«Oeuvres» de um autor — terceira função: informar quais as obras de um determinado autor existem na biblioteca

Domanovzsky chama os livros de **objetos elementares**, isto é, descritos como itens separados, sem se relacionar com os outros itens do acervo. Considera a primeira função de caráter atomístico, comunicando partes isoladas de informação sobre itens específicos. Para desempenhar a primeira função, bastaria que os catalogadores empregassem as **marcas ou sinais físicos**, retirados do próprio documento. Apresenta interessantes considerações sobre o que é um autor, comparando as diversas definições dos códigos, desde o conceito de autor individual até ao que ele chama do «mais obscuro termo na terminologia catalográfica»: o autor corporativo. Chamando a atenção para o fato de que as marcas físicas mais importantes são **autor** e **título**, expõe sua teoria sobre a importância do título:

«Gostaria de salientar que ao dar ênfase à importância fundamental do título, devolvendo-lhe a prioridade lógica, minha concepção é diametralmente oposta ao conceito central da moderna escola de catalogação: o princípio de autoria. Na minha opinião, a ênfase exagerada na importância da autoria não foi um movimento feliz, teórica ou praticamente. É pena que os catalogadores tenham se esquecido da tese de Cutter, segundo a qual todas as regras de catalogação se norteiam por **dois** grandes princípios, não **um** só. Não pode haver dúvida quanto à importância do título, como implica a tese de Cutter. Meu argumento principal é que o nome do autor é uma marca formal com respeito à sua obra completa, mas não a um dos livros que compõem essa obra. Não é o nome **Thackeray**, mas somente o título **Vanity Fair** que determina a obra individual.»

Os objetos da segunda e da terceira funções são chamados por Domanovszky de **objetos compostos**, por-

que são considerados em relação a outros itens do acervo. A segunda função consiste em comunicar informação reunida sobre todas as edições de uma obra, existentes na biblioteca, isto é, relacionar as unidades de informação sobre cada edição de determinada obra, de maneira a formar uma nova unidade composta de informação. Para isto, o catalogador precisa usar as **marcas ou sinais uniformes**, estabelecidos pela prática catalográfica, com a finalidade de reunir as várias edições de uma determinada obra.

Também a terceira função emprega **marcas ou sinais uniformes**, visando à reunião de todas as obras de um autor, existentes na biblioteca, sob uma forma uniforme do nome daquele autor. Para isto, os códigos estabelecem regras para escolha dos nomes ou forma dos nomes dos autores individuais ou corporativos.

Domanovszky concluiu seu trabalho com as seguintes considerações: a visão e a concepção atuais da catalogação autor/título são logicamente incorretas, as definições superficiais e a terminologia imprecisa; a falta de uma teoria básica de catalogação leva muitas vezes a uma prática errônea e à adoção de objetivos inadequados.

Do exame da literatura sobre funções dos catálogos, conclui-se que parece haver um consenso da parte dos especialistas sobre as funções do catálogo de autor e título. O que é polêmico ou ainda não está devidamente esclarecido é a prioridade das funções, isto é, como devem ser construídos os cabeçalhos das entradas principais.

Domanovszky se limitou aos aspectos teóricos da questão, comentando porém, com muito acerto, que os catalogadores teoricamente consideram a primeira função mais importante, mas na prática, adotam as **marcas uniformes**, fazendo o que Lubetzky chamou de catálogo **colocativo**.

Em 1979, foi publicada a segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA 2), que, segundo

a declaração de seu editor M. GORMAN (10), incorporou os desenvolvimentos internacionais da catalogação, a partir de 1967.

A estrutura do CCAA 2 (2), segundo Gorman, foi planejada para produzir registros bibliográficos com múltiplas finalidades. A primeira tarefa do catalogador é o estabelecimento de um conjunto de dados descritivos padronizados relacionados com o objeto físico catalogado: a segunda, é a criação de pontos de acesso para autor e título (cabeçalhos e títulos uniformes) para permitir a recuperação da descrição padronizada. Esses pontos de acesso se relacionam com a **obra** da qual o objeto físico é a manifestação. A diferença conceitual entre dados descritivos (baseados no objeto) e pontos de acesso (baseados na obra) é mantida pela estrutura do CCAA 2.

Gorman comenta que a idéia de Cutter sobre os três níveis de descrição catalográfica foi revivida no CCAA 2, que prescreve conjuntos de dados descritivos em três níveis.

Um ponto bastante discutido no processo de revisão que deu origem à nova edição do Código, foi a validade do conceito de «entrada principal». Os defensores da idéia apontavam sua importância central na teoria da catalogação convencional, sua posição inatacável em todos os grandes catálogos e a sua utilidade prática nos catálogos impressos e listagens bibliográficas. Os oponentes consideravam que as entradas principais originaram-se das limitações técnicas dos catálogos feitos pela tecnologia pré-mecanização e que a tecnologia moderna permitia um número de pontos de acesso equivalentes. O CCAA 2 tentou atender às duas facções e conservou o conceito de «entrada principal», reconhecendo porém que as instruções: «faça entrada principal sob» e «faça entradas secundárias sob», podem ser lidas como «faça entrada sob».

Atualmente, há grande discussão em torno da própria sobrevivência do catálogo nas bibliotecas. Richmond (18) adverte que «o ciclo de revisão de regras catalográficas precisa ser quebrado e necessita-se de pesquisa em profundidade sobre o uso e abordagens aos catálogos».

Em artigo recente, WEINTRAUB (20) enquadrou as funções do catálogo em quatro tipos:

1. função identificadora ou de localização, correspondente ao item 1 dos objetos de Cutter;
2. função de agrupamento, correspondente ao item 2 dos mesmos objetos;
3. função colocativa que consiste em reunir cabeçalhos relacionados em um grupo, de acordo com uma determinada característica;
4. função avaliadora ou seletiva, correspondente ao item 3 dos objetos de Cutter.

Comenta que, embora essas quatro funções sejam consideradas como atribuições necessárias do catálogo, os estudos se limitam quase sempre às duas primeiras funções.

Em resumo, parece que ainda há muito o que pesquisar e estudar para se criar uma teoria completamente desenvolvida sobre as funções dos catálogos. Muita coisa se sabe sobre as diferentes maneiras de organizar o catálogo, porém, pouco se sabe sobre o relacionamento entre a sua organização e as necessidades dos usuários. Muitos estudos foram feitos sobre como os usuários consultam o catálogo, mas necessita-se usar a teoria estabelecida para relacionar os seus resultados.

Literature review on catalog functions and the development of cataloging codes. Comments on the studies of Lubetzky, Verona and Domanovzsky. The concept of main entry and its representation in the different cataloging rules

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Division of Cataloging and Classification. **ALA Cataloging rules for author and titles entries** 2. ed. Chicago, 1949.
2. ANGLO American cataloging rules. 2. ed. Chicago, ALA, 1978.
3. BIBLIOTECA VATICANA. **Norme per il catalogo degli stampati**. Città del Vaticano, Biblioteca Apostólica Vaticana, 1931.
4. CÓDIGO de Catalogação Anglo Americano. Trad. de Abner Lellis Corrêa Vicentini. Brasília, Edição dos Tradutores, 1969.
5. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO Paris, 1961 **Report**. Ed. by A. H. Chaplin and Dorothy Anderson. London, C. Bingley, 1963.
6. ———. **Statement of principles**; adopted at the International Conference on Cataloguing Principles Annotated edition. London, IFLA, 1971.
7. CUTTER C. A. **Rules for a dictionary catalog**. 4. ed. Washington, U. S. Government Printing Office, 1904.
8. DOMANOVZSKY, A. **Functions and objects of author-title cataloguing**; a contribution to cataloguing theory Budapest, Akademiai Kiadó, 1974.
9. ESTADOS UNIDOS. Library of Congress. **Rules for descriptive cataloguing in the Library of Congress**. Washington, 1949.
10. GORMAN, M. **The Anglo-American Cataloguing rules**; second edition. **Library Resources and Technical Services**. Chicago, 22(3):209-29, Sum. 1978.
11. ———. **Bibliographical data in national bibliography entries**; a report on descriptive cataloguing made for Unesco and IFLA. (Trabalho apresentado à Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, Copenhagen, 1969)
12. GROSE, M. W. & LINE, M. B. On the construction and care of white elephants; some fundamental questions concerning the catalogue. **The Library Association Record** London, 70(1):2-5, jan. 1968.

- 13 JEWETT, C. C. **On the construction of catalogs of libraries and their publications by means of separate, stereo-typed titles, with-rules and examples.** 2. ed Washington, Smithsonian Institution, 1953.
- 14 JOLLEY, L. J. The function of the main entry in the alphabetical catalogue, a study of views put forward by Lubetzky and Verona. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO.** Paris, 1961. **Report.** London, C. Bingley, 1963, p. 159-163.
- 15 LUBETZKY, S. The function of the main entry in the alphabetical catalogue — one approach. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO** Paris, 1961. **Report.** London, C. Bingley, 1963. p. 139-143.
- 16 MALINCONICO, S. M. Technology and standards for bibliographic control. **Library Quarterly** Chicago, 47(3): 308-25, jul., 1977.
- 17 OSBORN, A. D. The crisis in cataloguing. In: OLDING, R. K. **Readings in library cataloguing.** London, Crosby Lockwood, 1966. p. 255-41.
- 18 RICHMOND, P. The catalog in the age of technological Change. «Apud» BERRISFORD, P. D. Year's work in cataloguing and classification, 1977. **Library Resources and Technical Services** Chicago, 22(3):277-51, Sum., 1978.
- 19 VERONA, E. The function of the main entry in the alphabetical catalogue — a second approach. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO.** Paris, 1961. **Report.** London, C. Bingley, 1963. p. 145-57.
- 20 WEINTRAUB, D. K. The essentials or desiderata of the bibliographic record as discovered by research. **Library Resources and Technical Services.** Chicago, 23(4):391-405, Fall, 1979.